

COMUNICAÇÃO CIENTÍFICA

AS COLETIVAS DE IMPRENSA COMO UM DISPOSITIVO DE INTERAÇÃO ENTRE JORNALISMO E FONTES: UMA REFLEXÃO SOBRE A APRESENTAÇÃO DA DENÚNCIA CONTRA O EX-PRESIDENTE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Manoel Moabis Pereira dos Anjos¹, manoelmoabis@hotmail.com

RESUMO

O esforço apresenta a reflexão de como o Ministério Público Federal se apropria da entrevista coletiva como estratégia para pautar os jornalistas e o debate público sobre as denúncias contra o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A coletiva aqui descrita é conhecida pelo power point, que indicava o ex-presidente como o centro da corrupção, a chamada propinocracia. Para tal, há observação do vídeo exibido pela Globo News diretamente da entrevista coletiva e na sequência descreve a atuação dos promotores públicos e dos jornalistas que compareceram ao evento. A busca por entender a entrevista coletiva como um dispositivo cercado de regras tanto para o jornalismo como para os assessores e fontes. Entender e seguir tais regras oferece condições de entrada nas coberturas midiáticas.

PALAVRAS-CHAVE

Dispositivo; jornalismo; assessoria de imprensa; entrevista coletiva.

1 INTRODUÇÃO

O texto que segue é uma tentativa de olhar para as entrevistas coletivas a partir de uma mirada de dispositivo. Trata-se de um esforço no sentido de

¹ Doutorando em Ciências da Comunicação pela Unisinos. Professor colaborador do Departamento de Jornalismo da UEPG. E-mail: maneolmoabis@hotmail.com

compreender como esse momento de interação entre jornalistas e fontes se realiza de forma processual e obedecendo a lógicas que se reproduzem e ao mesmo tempo se ajustam na coletiva, mas que também recebem influências de outros “lugares” que ajudam a formar ou conformar esse momento de interação.

As considerações aqui apresentadas tem como base a coletiva de imprensa prestada pelos integrantes do Ministério Público Federal (MPF) no dia 14 de setembro de 2016 na cidade de Curitiba. Trata-se do momento em que o MPF apresentou denúncia contra o ex-presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva.

O episódio teve grande repercussão na agenda jornalística devido às declarações feitas pelo procurador da República Deltan Dallagnol sobre os supostos crimes cometidos pelo então presidente da República e outras sete pessoas, entre elas a esposa do ex-presidente Marisa Letícia e o ex-presidente da empreiteira OAS, Léo Pinheiro. Além das acusações realizadas pelo procurador da República, a coletiva também ganhou notoriedade por conta do uso de slides “pouco profissionalizados” que colocava o ex-presidente no centro de um esquema de corrupção.

Este trabalho busca iniciar um movimento de aproximação com as lógicas internas da coletiva de imprensa. Metodologicamente, as considerações sobre as coletivas serão construídas a partir da análise da entrevista coletiva proposta no estudo (disponível no YouTube²) e também da entrevista com atores sociais que participaram dessa coletiva.

No exercício de entender as lógicas e regras empregadas pelas coletivas de imprensa há o detalhamento do que se considerou um modelo lógico, sobre as etapas de como se organizam as coletivas de imprensa.

2 CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O DISPOSITIVO COLETIVA DE IMPRENSA

A cotidianidade do contato entre jornalismo e outras Instituições Sociais (fontes) cria uma relação complexa que envolve uma disputa de interesses, que age sobre a notícia de forma decisiva. As fontes são sempre interessadas,

² Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LulFNRwVOoc> e <https://www.youtube.com/watch?v=gDyWqKquZ4o>

produzem e favorecem aos fatos, (GOMIS, 1991; MARTINI; LUCHESSI, 2004). Ao contrário do que se imagina e do que prolifera no senso comum não é o jornalista que vai atrás dos fatos, na maior parte das vezes os fatos vem até ao jornalista pelo interesse das fontes (GOMIS, 1991, p. 59).

Os insumos informativos e o acesso a eles se dá a partir de uma rede relacional que envolve muitos atores (MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 143). “O procedimento de oferecer e receber produz um circuito de informação, que pode ser relevante ou não, mas que circula socialmente” (MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 143 – tradução nossa). Tal prática gera suspeitas, adesões e indignação na rede informativa (MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 143). Há a compreensão que o acesso aos fatos e insumos informacionais geram uma disputa direta de hegemonia ((MARTINI; LUCHESSI, 2004, p. 144).

Para ajudar nesta disputa midiática, instituições sociais têm utilizado o trabalho de figuras “especialistas” no funcionamento das regras, interesses e operações do jornalismo. As assessorias de imprensa surgem no Brasil em meados do século XX. Com um forte apelo jornalístico, logo a nova forma de se relacionar com a imprensa e com a sociedade ganha força e passa a ocupar os currículos de graduação dos cursos em jornalismo que despontavam pelo país (CHAPARRO 2008).

As fontes se profissionalizaram na medida em que o processo de apuração das notícias tornou-se institucionalizado. Nesse contexto, as fontes tornaram-se conhecedoras dos processos de produção da notícia (CHAPARRO, 2003). A relação que se estabelece entre a fonte e os jornalistas ocorre em um sentido de busca de espaço para os discursos que são de interesse das fontes e também dos jornalistas encontrarem quem lhes forneça informações para redigir seus textos.

Chaparro (2006) fala em uma “revolução das fontes” ao discutir a presença de sujeitos na produção da notícia. Para ele, o desenvolvimento tecnológico aliado à interação entre fonte e jornalista ao longo do tempo ajuda a reconfigurar o papel do primeiro no trabalho do segundo. O autor explica que a interação entre público e jornalismo não é um fenômeno novo, já que as primeiras trocas entres estes sujeitos ocorriam antes mesmo do surgimento da TV, via cartas, ligações telefônicas ou mesmo entrevistas.

A interação entre instituições sociais e o jornalismo se cristaliza em momentos singulares que envolvem questões históricas, sociais, de troca de interesses e negociação de valores. De maneira específica, um dos locais onde esta relação se materializa é na coletiva de imprensa.

As coletivas de imprensa são utilizadas pelas fontes em casos de esclarecimento de questões consideradas importantes, ou mesmo espaços institucionalizados de contato cotidiano entre instituições e imprensa. São ambientes controlados na perspectiva da intervenção jornalística, e com alto grau de importância para a cobertura noticiosa. Basta perceber o espaço que as produções jornalísticas dão a essas coletivas de imprensa para reconhecer o valor que os jornalistas dão a esses espaços. Estes encontros são repercutidos na agenda midiática e em outras ocasiões chegam a ser transmitidas ao vivo em espaços noticiosos.

O princípio básico para a realização de uma coletiva é o interesse jornalístico naquilo que a fonte tem a dizer. Nenhuma organização ou ator social convoca uma coletiva sem perceber naquilo que pretende dizer um relativo interesse por parte dos jornalistas. Por outro lado, a posição de dizer algo na coletiva está orientada por um conjunto de regras e estratégias que de alguma forma conformam aquilo que se diz e também os questionamentos sobre o que foi dito (ou mesmo não dito).

Deve-se considerar que as coletivas de imprensa são espaços interessados de oferta e acesso a conteúdos, na maioria dos casos, previamente determinados. Se são previamente determinados, devemos considerá-los como um “roteiro”, como cada ator social ocupando um determinado papel planejado pelo organizador/roteirista/assessor de imprensa. Se considerarmos que o papel do assessor de imprensa é menos atender as demandas sociais e públicas e sim zelar pela posição social do assessorado, logo, as coletivas seriam a arena de disputa do que realmente é notícia – aqui entendida como um produto de interesse público, no qual o jornalista faz a mediação entre o interesse social e os interesses particulares daqueles envolvidos no fato.

A coletiva de imprensa, naturalmente, não é um espaço em si mesmo. Ela decorre em ações anteriores que a possibilitaram (ou talvez a exigiram) e também de questões de desdobramentos, ou sentidos posteriores construídos a partir da sua realização. Trata-se de um arranjo que resulta de uma negociação

processual entre o dizer e o como dizer que se realiza com algumas das características a seguir:

1. Quantidade de perguntas permitidas para cada jornalista: Toda coletiva de imprensa tem por determinação um número de perguntas que cada jornalista poderá realizar para o entrevistado (fonte). No caso da coletiva em questão essa regra não foi aplicada.

2. Demarcação dos assuntos que está sendo tratado: Toda coletiva de imprensa tem um assunto de interesse, que rege as perguntas e as respostas apresentadas na interação. Em alguma medida, os participantes desse ambiente mantêm o compromisso de fazer suas considerações (ou exercer seu papel) levando em conta o recorte estabelecido pelo motivo que gerou a convocação da coletiva.

3. Possibilidade de “réplicas” para as perguntas realizadas: Em alguma medida essa característica tem relação com o item 1 - “quantidade de perguntas permitidas para cada jornalista”. Trata-se da possibilidade ou não do jornalista intervir depois da resposta dada pela fonte. Parece razoável que em cada resposta dada por uma fonte, os jornalistas percebam a necessidade de realizar uma nova pergunta, mas nem sempre isso acontece. Em se tratando de uma entrevista coletiva, ao final da intervenção do jornalista o microfone que permite a interlocução com a fonte precisa ser entregue para outro colega fazer sua pergunta.

4. Uso/ repetição de “frase de efeito” para tentar agendar o jornalista: Recurso estratégico utilizado pela fonte que busca chamar a atenção do jornalista para aquilo que se quer destacar. A repetição de uma informação em diferentes respostas se caracteriza como uma tentativa de destacar algo sobre o todo que se diz.

5. Transmissão “ao vivo” da coletiva de imprensa: Decisão tomada pela estrutura noticiosa que indica importância do assunto para o jornalismo. Nas coletivas acompanhadas até aqui, esse recurso possibilita “preferência de pergunta” ao jornalista cuja emissora esteja transmitindo ao vivo a coletiva de imprensa.

6. Hierarquização de empresas de notícia: É possível perceber que em diferentes coletivas de imprensa há uma “fila” para os jornalistas realizarem suas perguntas. Entre os critérios mais comuns para determinar a ordem desta fila estão a transmissão ao vivo da coletiva e a audiência/porte da emissora a qual o jornalista pertence.

7. Presença de um “mediador” que oferece a metodologia da coletiva: A mediação do dispositivo coletiva de imprensa se dá a partir da figura de um assessor de imprensa. É esse sujeito que oferece as condições de funcionamento dessa interação. É o assessor de imprensa que também realiza a tarefa de iniciar, encerrar, pausar e impedir a realização da coletiva. Trata-se de uma espécie de organizador, sem o qual, a “história” não seria possível de acontecer.

As estratégias e lógicas aqui colocadas certamente não se esgotam nestas poucas linhas, são “impressões gerais” sobre o funcionamento do dispositivo. Tratam-se de movimentos percebidos e que serão explorados em um episódio de interação específico, a coletiva de imprensa realizada pelo Ministério Público Federal em 14 de setembro de 2016 na cidade de Curitiba.

3 APRESENTAÇÃO DO ESPISÓDIO INTERACIONAL ESTUDADO: A COLETIVA DE IMPRENSA DO “POWER POINT”

A coletiva de imprensa considerada para esta reflexão foi realizada no dia 14 de setembro de 2016, quando integrantes do Ministério Público Federal reuniram um conjunto de jornalistas na cidade de Curitiba/PR para informar que o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva seria indiciado como “comandante máximo do esquema de corrupção identificado na Lava Jato” (DALLAGNOL, 2006). A frase utilizada pelo procurador geral da república, Deltan Dallagnol para definir o papel do então presidente no esquema de corrupção que envolveria a construtora OAS e a Petrobras.

Inicialmente, um destaque que precisa ser feito é que a gravação disponível no YouTube, que permitiu essa análise, foi feita a partir da captura de tela da transmissão ao vivo que o canal de notícias Globonews fez da coletiva de imprensa. A transmissão se inicia na apresentação nominal dos juristas presentes e se encerra logo nas primeiras perguntas feitas pelos jornalistas.

Neste estudo, a gravação que contempla todas as perguntas feitas pelos jornalistas foi conseguida em ou outro vídeo da mesma coletiva que também está disponível no YouTube³.

A coletiva começa depois de uma apresentação nominal dos juristas presentes e em seguida o procurador Deltan Dallagnol inicia uma apresentação de cerca de uma hora e cinco minutos com informações de balanço sobre a Operação Lava-jato e sobre a denúncia contra o ex-presidente. No relato, o procurador destaca que a Operação investiga “o maior escândalo de corrupção da história brasileira”. A “frase de efeito” volta a ser usada pelo procurador em outro momento da coletiva ao dizer que o caso investigado trata-se do “maior esquema de corrupção já descoberto e comprovado no Brasil” e também ao se referir ao ex-presidente Lula como “comandante máximo do esquema” e também como o “maestro dessa orquestra de corrupção”. Um termo bastante usado pelo procurador durante a apresentação da denúncia é Propinocracia. Um neologismo (propinocracia) que é utilizado e reutilizado para se referir ao governo do então presidente Luiz Inácio Lula da Silva e em cada uso vem acompanhada da explicação “o governo regido pela propina”.

O procurador demonstra interesse em defender a Operação das críticas de abusos que a força tarefa vinha recebendo por parte de “alguém” que não é definido pelas palavras do procurador. A defesa revela que a coletiva não é um evento em sí, ela se refere a questões anteriores (neste caso às críticas a Operação) e que de certa forma encontram na coletiva um espaço para ser explicado ou ajustado ao posicionamento de Dallagnol.

Depois da fala de Dallagnol, outros dois procuradores, Roberson Henrique Pozzobon e Júlio Carlos Motta Noronha, iniciam a “justificativa técnica” que tenta embasar as declarações dadas pelo colega que iniciou a coletiva. Todo discurso é transmitido pelo canal Globonews. O tempo total de explanação dos procuradores, desde o início da coletiva, tem uma hora e trinta minutos.

Logo ao final das falas dos procuradores, o cerimonial do evento informa que para a realização das perguntas, os jornalistas devem solicitar o microfone para assessoria de comunicação e antes de perguntar devem identificar-se com o

³ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=LulFNRwVooc> e <https://www.youtube.com/watch?v=gDyWqKquZ4o>

nome e empresa jornalística que trabalha. Ao final, o cerimonial ainda faz um lembrete que não serão concedidas entrevistas particulares/exclusivas ao final da coletiva.

A primeira pergunta foi realizada pela repórter Gabriela Camargo da Globonews. Depois de se identificar e identificar a empresa na qual trabalha, a repórter informa que o canal está transmitindo a coletiva ao vivo. Seu questionamento é se o Ministério Público pediu a prisão do ex-presidente Lula e se sim, ou não, por qual motivo? A resposta do procurador Dallagnol foi que a prisão não foi pedida e que o MPF não se manifesta sobre medidas cautelares que ainda não foram tomadas, isso seria um “padrão que o MPF segue”. Logo depois da pergunta da repórter, a Globonews interrompe a transmissão ao vivo da coletiva.

O “protocolo” que orientou a participação dos jornalistas foi de uma pergunta por repórter, quando uma repórter resolveu disparar mais de uma pergunta (no total de 5 ao mesmo tempo) a resposta do procurador foi precedida de uma brincadeira que ironizava o “tamanho” da questão. Dallagnol disse: “Só isso, Kelly!” e sorriu fazendo todos os procuradores e jornalistas sorrirem. Todas as questões desta repórter buscavam esclarecimentos sobre a denúncia e procedimento/ desdobramentos jurídicos. Foi possível perceber ainda que os jornalistas tiveram a oportunidade de voltar a perguntar mesmo depois de já ter passado o microfone a outro colega.

De maneira geral, as perguntas buscavam esclarecimentos sobre a denúncia e ou desdobramentos dos procedimentos jurídicos. Além dessa categoria, uma pequena quantidade de dúvidas fazia referência ao posicionamento da defesa do ex-presidente em acusar a Operação Lava-jato e sobre o “andamento da Operação lava-jato” (fim da lava-jato).

4 EXPLORAÇÃO REFLEXIVA DO DISPOSITIVO COLETIVA DE IMPRENSA

O esforço apresentado até aqui, tentou descrever as principais características do dispositivo coletiva de imprensa a partir de um episódio

específico: a “Coletiva do Power Point”⁴. Agora, refletiremos sobre as marcas e relações que o episódio faz com uma ideia de dispositivo.

Antes de apresentar esses elementos, se faz necessário discutir teoricamente sobre a ideia de Dispositivo. Inspirada no trabalho de Michel Foucault (1994), o conceito tenta cercar um “lugar” não necessariamente físico de encontro onde os sujeitos participantes exercitam uma relação discursiva que busca solucionar problemas/urgências criadas na relação desses sujeitos.

Por esse termo tento demarcar, em primeiro lugar, um conjunto decididamente heterogêneo que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são elementos do dispositivo (FOUCAULT, 1994. p. 364).

O dispositivo se define pelas estratégias que se vinculam às relações de força presentes diferentes situações sociais. “O Dispositivo é uma rede que se pode estabelecer entre esses elementos” (FOUCAULT, 1994 p. 364). Dentro desse lugar, que estamos chamando de dispositivo, existe uma “natureza” que orienta uma lógica básica ou um arranjo dos elementos que interagem no dispositivo. Um tipo de “jogo” que é variável e orienta as posições dos sujeitos que participam.

O dispositivo [...] está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que deles nascem mais que igualmente o condicionam. É isso o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentados por eles” FOUCAULT, 1994 p.367)

O dispositivo seria, portanto, uma forma de fazer as coisas no mundo social, marcado com um lugar para solução de urgências/problemas que envolvem os seus participantes. Neste sentido, a coletiva de imprensa pode ser compreendida como um dispositivo, na medida em que se trata de um ambiente de esclarecimento de questões/decisões das estruturas sociais (neste caso o Ministério Público Federal) para outros lugares como o Jornalismo e a sociedade de modo mais abrangente.

A coletiva do Ministério Público Federal sobre a denúncia contra o ex-presidente Lula revela três eixos fundamentais para seu entendimento enquanto um dispositivo: Os participantes; as táticas desses participantes; e os objetivos

⁴O Termo Power Point foi como a coletiva ficou conhecida nas redes sociais devido ao uso do recurso slides usado pelo Ministério Público Federal na apresentação da denúncia.

encontrados neste ambiente. São sobre esses três elementos que falaremos agora:

a) Os Participantes

Entre os participantes que se destacam na coletiva considerada neste estudo estão os jornalistas. São a estes sujeitos que esta e qualquer coletiva de imprensa se direcionam. Os jornalistas são atores sociais atravessados por diferentes lógicas (ética, profissional, linha editorial, interesse noticioso e concorrencial) que tentam construir uma narrativa a partir da oferta de informações em um lugar específico, neste caso a coletiva de imprensa.

Ao aceitar participar da coletiva de imprensa, o jornalista, de partida, indica seu interesse em ouvir o que uma fonte (GOMIS, 1991; MARTINI; LUCHESSI, 2004) tem a dizer sobre o assunto em questão. Implicitamente também está a aceitação tácita do funcionamento (método) dessa coletiva (conforme itens citados anteriormente). Diferente de uma entrevista aberta, onde o jornalista guia seus interesses à medida que a fonte responde, na coletiva há um protocolo planejado e determinado que orienta como o jornalista pode ou não fazer intervenções.

Outro componente importante desse ambiente é o assessor de imprensa, que embora não apareça de forma declarada na coletiva é o responsável pela “arquitetura” dessa interação. Como sujeito conhecedor das regras de operação jornalística, o assessor é um planejador que define entre outras coisas o horário da coletiva, os jornalistas convidados e o tempo de fala de cada participante.

O assessor de imprensa também funciona como uma espécie de consultor para a fonte que está prestando a coletiva de imprensa. Antes mesmo da realização da coletiva ele oferece contribuições de âmbito midiático para que a fonte possa ter um melhor desempenho durante as respostas aos jornalistas.

Um terceiro participante importante desse dispositivo é a fonte, neste caso os procuradores no MPF. São eles que acabam por realizar a coletiva de imprensa. Aquilo que a fonte diz definem, motivam, geram ou produzem questionamentos e como efeito (mesmo que de forma indireta) atuam no produto notícia.

b) As táticas da Coletiva

As táticas encontradas pelos participantes desse processo precisam ser divididas de acordo com seus participantes. Em primeiro lugar falaremos das táticas dos procuradores no momento de funcionamento da coletiva. Duas ações foram percebidas como parte das táticas dos procuradores: o uso de frase de efeito para conferir importância à denúncia contra o ex-presidente (marcadamente com o uso do termo propinocracia) e a tentativa de demonstrar segurança em torno daquilo que estava sendo apresentado como denúncia (isso fica visível nos momentos que os procuradores dizem ter convicção da participação do ex-presidente do suposto esquema de corrupção).

O assessor de imprensa também deixa a saber suas táticas quando expõe o regimento da coletiva (de forma velada ou declarada). Entre as regras percebidas como táticas estão: não permitir entrevistas exclusivas ao final da sessão; definir quando cada jornalista deve perguntar; e permitir a volta do microfone a jornalistas que já haviam perguntado.

A tática dos jornalistas é revelada no momento das intervenções/perguntas. É quando o profissional da notícia já tem uma ideia “do quê” deve ser noticiado naquilo tudo que foi dito e passa a explorar na sua intervenção a possibilidade de esclarecer, provocar, ou tensionar o que foi dito com sua ideia de notícia.

c) Objetivos

Como objetivo do conjunto dos atores que participam desse dispositivo chamado coletiva de imprensa, se percebe que este espaço se revela um lugar tentativo de diálogo que opera na negociação da posição discursiva de algum ator social/ ou estrutura para o jornalismo. Os movimentos destes participantes se dão no sentido de “modular” o que será ofertado como produto final notícia em diferentes plataformas e enquadrada de formas variadas.

Nem sempre as tentativas dos participantes funcionam de forma esperada, por vezes na resposta ou uma pergunta, um escape ou deslize ao arranjo planejado mostra que a coletiva de imprensa é um dispositivo de funcionamento planejado, mas com certo grau de imprevisibilidade, que mostra “coisas” que não estavam previstas ou são impossíveis de serem previstas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao observar os debates apresentados ao longo do texto é possível identificar o processo de profissionalização das fontes, a partir das assessorias de imprensa. Tal profissionalização também organiza o trabalho das fontes e a forma como esta vai oferecer conteúdos e versões para a formação da opinião pública a partir dos jornalistas e do seu local de trabalho.

As coletivas de imprensa são uma das estratégias utilizadas por fontes e assessores para influenciar no processo de construção noticioso. As táticas adotadas para garantir o funcionamento das coletivas demonstra que elas podem ser consideradas um dispositivo, dentro do conceito apresentado a partir de FOUCAULT (1994).

Claramente os promotores do Ministério Público Federal se apropriam da coletiva de imprensa como um dispositivo de controle de interpretação para os jornalistas por meio de suas publicações noticiosas. Desta forma padronizam também uma resposta potencial da opinião pública.

REFERÊNCIAS

BRAGA, José Luiz. Capítulo 1. **“Dispositivos Interacionais”** In: Braga, José Luiz et al. Matrizes Interacionais - a comunicação como modo de produção do social. 2017 no prelo.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Cem anos de assessoria imprensa. IN: DUARTE, J. (org.) Assessoria de Imprensa e relacionamento com a mídia: teoria e técnica.** São Paulo: Atlas, 2003.

FOUCAULT, Michel. **Entrevista dada à revista Ornicar? “Sobre a história da sexualidade”.** In: Microfísica do Poder. Editora Paz e Terra, 1994.

GOMIS, Lorenzo. **Teoría del periodismo: como se forma el presente.** Buenos Aires: Paidós, 1991.

MARTINI, Stella; LUCHESSI, Lila. **Los que hacen la noticia: periodismo, información y poder.** Buenos Aires: Biblos, 2004.

PONTES XAVIER, Monalisa. Capítulo 12. **“Dispositivos psi mediatizados: a coluna Vida Íntima”.** In: Braga, José Luiz et al. Matrizes Interacionais - a comunicação como modo de produção do social. 2017 no prelo.

RABELO, Leon. Capítulo 4. **“Assange, Snowden, Greenwald”.** In: Braga, José Luiz et al. Matrizes Interacionais - a comunicação como modo de produção do social. 2017 no prelo